

A invisibilidade acometida a indivíduos Trans e Travestis na sociedade brasileira: Diálogos com a Psicologia.

Ângela Carolina Silva

Fernanda Cardoso Nogueira

Gustavo Garcia Vieira

Liana Paz Nascimento

Monique Domingues Netto

RESUMO

Este artigo buscou pesquisar sobre a compreensão de gênero e identidade de gênero e do impacto social da marginalização, invisibilidade e preconceitos e violências em níveis interpessoais e organizacional que ocorrem a transexuais e travestis. A metodologia utilizada foi à pesquisa explorativa.. Esse método de pesquisa visa aumentar a sua objetividade, colocando-o para mais próximo da realidade. Os resultados aqui obtidos foram retirados da base de dado do Scielo e Google Acadêmico. Dificuldades foram encontradas durante a busca de materiais para a construção deste artigo, como encontrar artigos e materiais que abrangessem o tema em geral, e demonstrassem a própria invisibilidade, mostrando assim a validade dos objetivos pesquisados. A partir dessa pesquisa concluímos que a invisibilidade, preconceitos e violências experienciadas por transexuais e travestis trespassa nossa sociedade em vários meios, familiar, social, escolar e organizacional e até mesmo em negação de direitos e que isso está relacionado a um preconceito LGBT estruturalizado que as colocam em situação desfavorável.

Palavras-Chave: Gênero, Invisibilidade, Transfobia, Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa produzir debates sobre as questões relacionadas à invisibilidade do público transexual e travesti no Brasil acarretando junto a estas pessoas dinâmicas de violência ocasionada pela transfobia.

Nesse sentido para entender o que foi supracitado é de suma importância discorrer sobre as demandas em relação à transexualidade, é essencial refletir sobre questões acerca da construção de gênero. O que é ser homem e ser mulher na sociedade brasileira? Os papéis sociais estabelecidos em relação ao gênero exigem uma continuidade entre o sexo biológico. Assim, gênero e sexualidade se baseiam de forma interligada a uma construção social relacionada com questões da heteronormatividade (CHAGAS; NASCIMENTO, 2017).

Dessa maneira o pensamento acerca da heteronormatividade acontece de acordo com as teorias de gênero binárias em base de cunho biológico, que construíram e ainda influenciam de forma predominante o pensamento social, só são considerados dois sexos: masculino e feminino. Não acontecem metamorfoses e/ou qualquer viabilidade de

transmutar entre eles, levando em considerações os intersexuais ou hermafroditas, mesmo eles se sentem pressionados socialmente e pela medicina a se adequar a um gênero e sexo (CHAGAS; NASCIMENTO, 2017).

Ainda de acordo com Chagas e Nascimento (2017), é demonstrado que a noção de gênero se baseia em uma estruturação que é totalmente biológica. Há também a estruturação social e a influência do conservadorismo religioso na sociedade, que acaba determinando o que é ser homem e ou mulher a uma questão ligada à genética. No que depende da cultura e de recortes históricos, o papel social é intrínseco ao seu sexo e tudo que diverge dessa construção dada como “natural” é visto como transgressor.

De acordo com Beauvoir (1949, p.9) com sua ilustre frase “não se nasce mulher, se torna mulher”, é possível desencadear reflexões sobre o que é ser mulher na sociedade. Chagas e Nascimento (2017), retratam que podemos entender que existem reforços culturais que vão além do biológico e sobre a genitália, na construção do papel e da essência do feminino na sociedade que ditam esses comportamentos.

Na atualidade percebemos que essas construções acerca do gênero e do biológico do indivíduo atuaram para colocar essas pessoas que não se encaixam nos padrões normativos a margem da sociedade, em uma condição de invisibilidade social e de negação dos seus próprios direitos. Assim, nega-se o fato de que são pessoas comuns, servindo mesmo apenas para que reforce como um distanciamento deles da sociedade (CHAGAS; NASCIMENTO, 2017).

Os autores ainda afirmam que, desse modo surge então o pensamento de identidade de gênero que se distância do pensamento de gênero binário citado anteriormente, que seria como a forma que a pessoa se posiciona em determinado gênero e papel social de acordo com sua autoafirmação. É rompida a relação entre sexo e gênero, não necessariamente havendo uma ligação entre eles, e ressignificando a construção de gênero que existe no binarismo homem e mulher.

Seguindo a mesma linha de pensamento, será entendido, logo após, sobre como a forma que as construções de gêneros binárias que foram se construindo e alimentando historicamente o preconceito, e reforçando para a marginalização das travestis e transexuais em relação aos padrões de gênero de acordo com a visão binária, que pressupõe apenas duas formas de se posicionar na sociedade de acordo com o sexo biológico e os seus determinados papéis sociais.

A construção da identidade de gênero faz com que cada vez mais pessoas entendam que indivíduos que se posicionam enquanto não binários, e pessoas trans e travestis, são uma condição normal existente entre os seres humanos e na sociedade.

Demonstrando que essa relação vai além de corpos transgressores da “normalidade”, além da quebra de padrão da sociedade, mas que são corpos que estão em frequente negação de seus direitos e em uma constante condição de invisibilidade (CHAGAS; NASCIMENTO, 2017).

Entretanto a transexualidade diante a medicina vem sendo aludida como um transtorno mental. As ciências humanas contra-argumentam esse posicionamento ideológico de classificação, mostrando que, a construção de informações sobre as vivências individuais e grupais das travestis e transexuais, o entendimento sobre as relações de gênero que existiam e a sua transformação diante o desenrolar dos tempos, mostra-se importante para entender a nova construção de identidade de gênero da sociedade moderna (O'DWYER, 2017).

Acrescentando-se que o termo “travesti” colocado neste artigo representa e significa seres humanos que têm um corpo nascido biologicamente masculino e uma identidade mental que foi construída de forma feminina. Nestes casos estas pessoas recorrem a várias adequações para atingir a feminilidade esperada, como hormônios e cirurgias, para se adequarem a sua identidade (SILVA, 2008).

Silva (2008) cita também que, paralelamente a palavra transexual traz o sentido de que o indivíduo possui a vontade de modificar o seu sexo pela redesignação sexual, mesmo assim algumas pessoas possuem a normalidade em conviver com sua genitália sem apresentar alguma disforia corporal, a palavra travesti pode ainda carregar um pouco o significado ao masculino, é preservado a linguagem utilizado pelo próprio grupo e a expressão remonta ao feminino. Segundo a Associação Nacional De Travestis e Transexuais (ANTRA) os casos de genocídio continuam aumentando em 2020, mesmo em tempos de pandemia mantendo-se na situação de 2019. Considerando a relevância desse tema esse trabalho se justifica, pois, o Brasil é o principal país com mais índices de genocídio de pessoas que se autodeclaram trans e travestis em relação a qualquer outro país do mundo, além de que devemos considerar que pessoas do segmento LGBT tem seus direitos cortados até mesmo o de existir em sociedade (CHAGAS; NASCIMENTO 2017).

Na problemática levantada acima, esta pesquisa possui como objetivo geral pautar o preconceito sofrido por seres humanos que se identificam como trans e travestis.

Destaca-se como objetivos específicos: A) Elucidar a construção e ressignificação de gênero e identidade de gênero. B) Expor as facetas desse preconceito e as implicações que trazem para esses indivíduos enquanto seres humanos, em suas diversas áreas de vivência como social, familiar e profissional.

Com o intuito de atingir os objetivos será apresentado o referencial teórico, também se tem a seguir a discussão acerca da metodologia para a construção dessa pesquisa explorativa, como critérios de análises do material e método empregado o qual tem como principais itens que foram discutidos aqui: Preconceito, Transfobia, Identidade e Gênero. E, por fim, os resultados e discussões acerca tudo que foi levantado, como também as considerações finais.

2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO.

2.1 Gênero e Identidade de Gênero.

Para elucidar o pensamento que está sendo aqui construído, precisa-se entender algumas discussões relacionadas a gênero e identidade de gênero, para compreender a construção desses indivíduos e o próprio trabalho.

Por oportuno, é importante mencionarmos que o conceito de gênero foi discutido primeiramente por pesquisadores americanos que utilizaram a palavra “gender”. Foram trazidas discussões sobre a construção de uma identidade de gênero única, desmitificando a relação entre o sexo biológico e comportamentos padrões (GROSSI, s/d).

Grossi (s/d) aborda que se deve entender também que o conceito de gênero está entrelaçado a sexualidade principalmente no Ocidente, o que promove uma confusão aos leigos e/ou senso comum. Para melhor entendimento sobre essas filosofias iremos propor certo aprofundamento no assunto, visando melhor compreensão.

Para a ciência biológica, o fator determinante do sexo de uma pessoa está relacionado à suas funções reprodutivas. Em outras palavras, se o indivíduo possui ovários ou espermatozoides, e só. Mas devemos compreender que o sexo é biológico, mas a construção do comportamento voltado ao feminino ou ao masculino, ela sim, é social. Sendo a cultura o fator que define o que é ser masculino e/ou feminino, e essa variante depende da cultura que está sendo relacionada (JESUS, 2012).

O binarismo de gênero é uma corrente de pensamento com pressupostos que se baseia na afirmação de que homens e mulheres podem ser distinguidos e colocados como diferentes no fator de cunho biológico e/ou sexo biológico citado acima, sendo

indiscutível esse pensamento e colocado como uma “verdade absoluta” para parâmetros de definição gênero na sociedade (ALMEIDA, 2016).

Ainda de acordo com o autor, como qualquer pensamento filosófico acontece o esquecimento de todo um fator social, não se negando as diferenças biológicas existentes entre os dois sexos, mas não podemos também simplesmente definir uma identidade a um sexo, pois depois de várias pesquisas feitas por várias áreas do conhecimento como por exemplo: *Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social*, estudo feito por Silva em 2013, principalmente as ciências sociais, é que definições biológicas não existem por inteiro, e que são variadas as construções sociais que dão sentido aos corpos e seus papéis.

Além disso, o binarismo de gênero é uma base do preconceito. Quando colocado como um critério de verdade irrevogável, reforçando privilégios e desigualdades ligadas ao capitalismo, o que mais se beneficia desse pensamento construído na sociedade é o homem, em questão da desvalorização de tudo que seja, produzindo o ocultamento da realidade social, escondendo o modo real de como as relações acontecem, sendo uma desvalorização social do próprio capitalismo, e essa desigualdade é mantida pois os conversadores desejam que seus privilégios sejam mantidos (ALMEIDA, 2016).

Para frisar um pouco mais as mulheres nórdicas são tidas como masculinas principalmente se analisadas diante a nossa cultura, da mesma forma que o que é construído como masculino no Brasil é diferente do que é construído no Japão. Portanto, as questões atribuídas ao gênero são utilizadas para estudar e entendermos melhor essas construções. Sendo o sexo voltado ao biológico, temos o gênero voltando-se ao social, não importando nesse momento os cromossomos, mas sim uma questão de expressão social (JESUS, 2012).

Dessa forma podemos responder de forma mais assertiva a seguinte pergunta: “O que é gênero?”. De acordo com Hérítier (1996) não conseguimos pensar no ser humano enquanto indivíduo, mas sim enquanto um ser social e que está entrelaçado ao social. Basta apenas que duas pessoas existam para que a interação, a construção de regras aconteça e desse jeito não podemos apenas levar e definir apenas com o fator biológico.

Scott (1998) apresenta a reflexão de “gênero” nas diferenças de discurso entre os dois sexos, não sendo referida apenas a ideias, mas também a instituições, a práticas e rituais cotidianos estabelecidos, ou seja, tudo aquilo que foi e é construído no social da distinção sexual. Não refletindo o sexo biológico primário, mas construindo o sentido dessa realidade, sendo a diferença sexual não a causa de pensamento filosófico que

devemos nos embasar, mas sim que ela é contínua e que deve ser analisada de acordo com a sociedade, em um momento histórico específico em que estamos. Hérítier (1996) traz em sua coletânea, que as diferenças sexuais de gênero estão nos contrastes entre a construção da relação entre homem e mulher, já que sozinhos eles não podem existir independentes de regras estabelecidas e significantes sociais.

Para Scott (1998) uma definição um pouco mais atualizada, nos propõe a refletir sobre a categoria de gênero, nos demonstra que gênero não é a apenas a diferença entre os dois sexos, mas sim uma classificação que nos dá o sentido de diferença entre eles. Dessa forma conseguimos compreender que o gênero serve para delimitar tudo que é social, cultural e historicamente colocado.

Ao entendermos que nenhum indivíduo se relaciona e existe sozinho, então podemos relacionar ao sexo biológico, neste sentido. Interagiremos de acordo com as formas já pressupostas do que já é esperado, pois mesmo que o gênero seja ligado ao biológico é algo que está em constante mudança e transformação pelo social, e a todo momento perante as interações entre homens e mulheres na sociedade, no decorrer do tempo percebemos as modificações e as futuras modificações que poderão acontecer, assim podemos dizer que o gênero é mutável (JESUS, 2012).

Jesus (2012) ainda ressalta que dessa maneira entendemos que realmente existem dois gêneros que foram estruturados para classificar mesmo que biologicamente, e que todos os demais indivíduos de alguma forma tendem a se enquadrar nisso como os homossexuais, as travestis e as transexuais, não existindo um terceiro gênero, o que nos leva a refletir sobre questões da heteronormatividade dessa maneira iremos discutir sobre a identidade de gênero a seguir.

Para aprofundarmos nessa relação sobre identidade de gênero vamos fazer uma pequena reflexão sobre o que foi dito acima e relacionar aos papéis sociais que são entendidos da mesma forma que no teatro como a representação de um personagem, tudo que é associado ao sexo macho e fêmea em determinada cultura é um papel de gênero, esses se modificam de cultura para cultura se mostrando variados, e que esses modelos de comportamentos sofreram mudanças de forma geral ao decorrer histórico (JESUS, 2012).

De acordo com o psicólogo norte-americano Stoller (1978) que estudou demasiados casos de pessoas hermafroditas, o autor afirmou que é mais fácil você modificar o sexo biológico de um ser humano do que o seu gênero. Nessa mesma linha de pensamento aprendemos que o ser menino e/ou até os três anos de idade momento em

há a conquista da linguagem, sendo um grande momento para a construção do simbólico, tendo a linguagem uma grande contribuição nisso e sendo ela o elo com a cultura. Para Stoller (1978) qualquer ser humano possui um núcleo de gênero, sendo as convicções do que se considera socialmente sendo como masculino e feminino, esse núcleo não se muda ao longo da vida psíquica do indivíduo, mas novos papéis sociais podem ser adicionados ao nicho de informações.

O núcleo de identidade de gênero se forma a partir da nossa socialização em determinar o bebê como menino ou menina, sendo a mesma tratada dessa maneira, esperando que a criança tenha comportamentos condizentes como o que está inserido. Em casos raros de intersexualidade ou hermafroditismo, é impossível modificar a identidade de gênero da criança, pois é o momento em a criança se percebe, e não apenas como uma extensão da mãe. Como terminamos a discussão sobre gênero e identidade de gênero para uma melhor compreensão sobre o tema proposto iremos dar continuidade sobre o assunto discutindo sobre o que define uma pessoa transgênero.

2.2 Transgeneralidades

Tendo o conhecimento sobre a diversidade de formas de compreender “gênero”, é interessante olhar dois aspectos quando estamos discutindo sobre o assunto, até mesmo para separar questões de vivência sobre o próprio meio, questões de expressões e diferentes condições da vivência do gênero como a) Identidade: o que caracteriza as pessoas transexuais e travestis; b) funcionalidade: representação feita por crossdressers, drags queens, entre outros (JESUS, 2012). O autor ainda relata que levando em consideração também que existem pessoas que se não se encaixam em nenhum gênero, mesmo que haja um consenso na intitulação dessas pessoas principalmente no Brasil, podemos chamar elas de queers, outros como a antecessora denominação, andrógeno e também a utilização da palavra transgênero para definir essas pessoas.

Jesus (2012) diz também que o termo “transfobia” é utilizado para denominar qualquer tipo de preconceito que possíveis transexuais e travestis sofrem de forma geral. Muito ainda tem que ser conquistado para que essas pessoas possam ter o mínimo de dignidade para o respeito da identidade de gênero de pessoas trans e travestis, além da quebra de vários preconceitos. Alguns estereótipos ainda levam as pessoas a não acreditarem que pessoas transgêneros vivenciam todos os aspectos da sua humanidade, além daqueles que possuem relação a sua identidade de gênero, que ele/a não possa ser nada além de rotulado como “transsexual”. Sendo uma pessoa que possui raça, cor, classe

social, origem, religião, idade, uma bagagem de vivências, para além da sua condição enquanto trans e/ou travesti (JESUS, 2012).

Dessa maneira, podemos começar nossa discussão sobre o que é ser um/uma transexual e uma travesti para que possamos entender questões relacionadas a elas. Assim, será focado nessas duas identidades de gênero, pois foi o que foi escolhido para entrar em debate nesse trabalho. Podemos dizer que a transexualidade é uma questão de identidade, não sendo uma doença mental, um capricho pessoal, uma escolha, uma questão de perversão sexual ou nem mesmo uma questão de um adoecimento debilitante e contagioso, sendo identificada em toda a história do mundo todo (JESUS, 2012). Desse modo, primeiramente podemos dizer que trans são seres humanos que ao nascerem ou no sexo masculino e feminino, se perceberam em outro gênero que não fosse o biológico.

Uma pessoa considerada ao nascer estando no sexo masculino, mas que em qualquer momento da vida se descobriu no gênero feminino é uma mulher transexual, sendo respeitada a questão de auto anunciar a sua identidade de gênero, da mesma forma que uma mulher que se autodeclara homem será um homem trans (ALMEIDA, 2016).

É normal que trans usem de vários procedimentos para se sentirem melhor em sua adequação de gênero que ela/e passou a vivenciar. Investimentos como roupas, cabelo, cirurgias, hormônios, o que acaba sendo muito importante para a sua autoestima e convívio social. Mesmo que o indivíduo não tenha feito nenhum processo de feminilização ou masculinização, ainda assim o mesmo/a mesma deve ser considerado/a como trans e para além disso deve ser respeitado o seu gênero enquanto homem ou mulher dependendo da sua autodeclaração (ALMEIDA, 2016).

Os avanços médicos permitem que esses homens e mulheres transexuais consigam ter uma fisiologia e uma semelhança muito parecida ao que desejarem ter e se identificarem. Devemos entender que cada trans lida em graus diferentes com a sua transição e adequação ao gênero que se identificam, mesmo que ninguém tenha uma resposta concreta e conclusiva do motivo que existem trans, as razões ainda são explicadas de forma social e biológica (JESUS, 2012).

De acordo com Spizziri (2017) nesse processo devemos levar em consideração a disforia de gênero que é a falta de relação entre o sexo biológico e como ele é percebido e experienciado pela pessoa, que vem acompanhado por uma carga de angústia muito grande, mesmo que nem todos sintam a disforia muitos sentiram, entrando de acordo com Jesus (2012) por isso explica-se a necessidade de se adequarem também seu corpo a sua pisque. Algumas pessoas demoram mais que outras a se posicionarem dessa forma até

mesmo pela repressão que acomete as pessoas da nossa sociedade, sendo ela uma busca do reconhecimento enquanto homem ou mulher, levando em consideração que pessoas transexuais podem ser bissexuais, heterossexuais ou homoafetivas (JESUS, 2012).

As travestis de acordo com Almeida (2016), são definidas como pessoas que foram registradas no sexo masculino, com apenas a certificação do sexo biológico, e que procuram inserir em seus corpos símbolos do universo feminino, elas tendem a se considerar uma variante do ser mulher, e embora elas possuam características que as deixem femininas perante a sociedade, elas tendem a não querer mudar de sexo, sendo ele algo muito importante no seu processo de ser feminino.

Conforme Jesus (2012), diante a sua perspectiva travestis são pessoas que vivenciam os papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homem ou como mulher. São membros de um terceiro gênero ou de um gênero não binário. Devemos pensar que independente disso elas preferem ser tratadas e reconhecidas no feminino, sendo insulto as submeterem a adjetivos masculinos. Algumas travestis não desejam serem mulheres, embora se coloquem mais femininas, tendo a mesma questão de se adequarem com roupas, unhas, maquiagem, hormônios e procedimentos estéticos para retirada de pelos, algumas buscam processos mais definitivos, não sendo uma regra a todas, mas todas buscam ter um nome feminino pelo quais querem ser reconhecidas. (ALMEIDA, 2016).

2.3 Preconceito LGBTQIA+ Estruturalizado.

Para melhorar a possibilidade de conseguir conceituar de forma abrangente o que é a palavra preconceito trazemos primeiramente a sua definição de acordo com o conceito encontrando no dicionário Michaelis (2021,p.1):

“preconceito pre·con·cei·to sm

1 Conceito ou opinião formados antes de ter os conhecimentos necessários sobre um determinado assunto.

2 Opinião ou sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou razão; prevenção: “– Mas você está muito enganada, mana. É preconceito supor-se que todo o homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede” (LB2).

3 Superstição que obriga a certos atos ou impede que eles sejam praticados.

4 SOCIOL Atitude emocionalmente condicionada, baseada em crença, opinião ou generalização, determinando simpatia ou antipatia para com indivíduos ou grupos: “– O mundo é cheio de preconceitos! Qual é a vergonha de ser árabe? Só porque a raça é diferente, e qual é o mal disso? E ainda por cima é católico. Maria José ficou vencida, entregou os pontos: – Lá isso, se é católico...” (RQ).
EXPRESSÕES

Preconceito de classe, SOCIOL: atitudes discriminatórias incondicionadas contra pessoas de outra classe social.

Preconceito racial, SOCIOL: manifestação hostil ou desprezo contra indivíduos ou povos de outras raças.

Preconceito religioso, SOCIOL: intolerância manifesta contra indivíduos ou grupos que seguem outras religiões.

ETIMOLOGIA

voc comp de pré+conceito.”

De acordo com Mezan (1998), o preconceito é o agrupamento de crenças, modos de agir e comportar que tem relação em distribuir a qualquer indivíduo de qualquer grupo determinado composto por pessoas um significado negativo, pelo simples motivo daquele ser pertencente a determinado grupo, as peculiaridades em assunto são colocadas enquanto essenciais, como algo capaz de definir o âmago desses grupos, então seguindo esse raciocínio é inevitável que isso seja distribuído a todos os componentes do grupo.

Segundo Rose (1972) temos a ignorância como a haste dos preconceitos, abrindo em diversos aspectos dos mais variados assuntos, sendo vistas como pontos de vistas falsos ligados a questões físicas, socioculturais, ou crença de um determinado grupo. Sendo assim, a ignorância favorece o preconceito, porém, não é um fator que resultará em preconceito. A falta de conhecimento, acesso à informação, não necessariamente levará a medidas preconceituosas, mas uma das causas que podem culminar em medidas preconceituosas de segregação social e material.

Nessa frase de Kant (1974, p. 229) “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente, como fim e nunca simplesmente como meio”, nos demonstra que nenhum ser humano existente pode ser reduzido a simplesmente a uma ferramenta que faz parte de qualquer finalidade ou ser atribuído um preço para que faça parte do sistema, devendo esse ser humano ser entendido como um resultado dele mesmo, em relação com a sua própria autonomia, enquanto um ser racional, derivando esse pensamento do clássico conceito kantiano.

Essas relações de desigualdade e segregação possuem como resultado a marginalização de grupos que compõem a sociedade, cujas suas identidades são relacionadas a sexualidade, como por exemplo a população LGBT. No Brasil, o grupo LGBT possui o enfrentamento de uma situação que podemos classificar como estrutural que é a LGBTfobia, em quem nesse problema podemos encontrar vários tipos de exclusões, discriminações colocadas de forma naturalizadas na sua distribuição e dentro da sociedade, esse preconceito podendo variar até mesmo entre subgrupos que compõem a sigla (PEDRA, 2018).

Ainda em concordância com Pedra (2018), temos também os limites colocados pela moralidade em debater questões acerca a sexualidade, são até mesmo refletidos pelo Direito, que ocorreu uma omissão histórica na regulação quanto se relacionado a questões sobre a sexualidade e de gênero e em considerar a diversidade de identidades como um dos valores principais de cidadania, a negatividade social também pode ser considerada para além das questões relacionada ao Direito, mas a aversão social, ao debate desse assunto no âmbito escolar.

De acordo com Pedra (2018) as segregações fazem uma categorização dos grupos sociais por diversos fatores sendo o gênero e sexualidade os principais deles a serem olhados. Para Bandeira e Batista (2012), a agressão era algo considerado normal de acontecer com pessoas que são consideradas minorias, além de existir uma política que favorece uma elite que priva de todos o poder e a influência, para poder qualificar de forma positiva ou negativa de acordo com a sua etnia, sexualidade, religião e classe social. Negando a essas pessoas a sua autoexpressão e inclusive a um acesso jurídico igualitário, até mesmo ao acesso a participação a política.

Conforme Pedra (2018), essa hierarquização de corpos e grupos sociais, utiliza parâmetros assimétricos do poder, atingindo apenas uma parte da sociedade, e desse modo quando separadas por status cultural que alimenta o status material, essas mesmas pessoas passam a ter oportunidades diferentes, e isso de modo geral resulta na marginalização de alguns grupos sociais em relação a questão dos pensamentos agregados a eles de forma negativa acabam tendo menos prestígio na sociedade.

Essa categorização faz com que aconteçam obstáculos nos direitos fundamentais e para o que é necessário para uma qualidade de vida positiva e autônoma, ofendendo assim o que os regimes democráticos orientam, no momento em que são naturalizadas a divisão da população em classes, reforça o pensamento que pulsiona a discriminação, que se manifesta em forma de violências físicas, emocionais e simbólicas (PEDRA, 2018).

Ainda fazendo concordância a Pedra (2018), os privilégios são uma ferramenta de exclusão sendo que é formada e se firma a partir da inferiorização de minorias, para que as oportunidades continuem sendo desiguais, tendo o grupo dominante as melhores oportunidades e os mesmo estão relacionados a opressão das minorias, assim o privilégio é colocado no ser humano a partir do seu nascimento, esse indivíduo vai ter privilégios dependendo de qual grupo ele se encaixe, sendo que o privilegio desmente a meritocracia.

Podemos dizer que a discriminação contra as minorias tem um caráter estrutural quando identificamos a presença de alguns processos que não expressam atos individuais, mas sim forças sociais alimentadas por relações assimétricas de poder. Por esse motivo, pode-se afirmar que uma forma de discriminação tem caráter estrutural porque faz parte da operação regular das instituições sociais, causando desvantagens em diferentes níveis e em diferentes setores da vida dos indivíduos. Ela também tem uma dimensão procedimental porque informa as políticas e procedimentos de instituições públicas e privadas, o que explica o seu caráter sistêmico. A discriminação estrutural adquire sua legitimação por meio de ideologias sociais que podem atuar para afirmar a inferioridade de um grupo, a harmonia entre a exclusão social e normas legais ou também para manter a invisibilidade social dessas práticas (MOREIRA, 2017, p. 137).

De acordo com Pedra (2018) A LGBTfobia, entretanto, não destrói apenas o direito de igualdade, mas afeta a individualidade, autonomia, e a liberdade, indo em desrespeito a direitos básicos e de princípios políticos, podendo ser praticada por pessoas, grupos e instituições, devemos também entender que o processo de inviabilidade que isso gera, de um fator que está além do individualismo ele é um acontecimento social.

Pedra (2018) expõe que os detentores do poder se sentem ameaçados por minorias por direitos que eles já possuem, alegando que esses direitos aos grupos LGBT vão trazer a quebra da cultura e da normalidade, baseando-se em um conceito de união por procriação e esquecendo o individual como já discutido nesse artigo, vivemos em uma sociedade que o pensamento heteronormativo é dominante, e que a relação binária entre Hétero x Homoafetivo, é usada para relacionar pessoas cis x trans.

A heteronormatividade e pessoas cis gêneros são que nossa sociedade é baseada assim desse modo os privilégios são distribuídos, de acordo com essa relação, a quem atende todas as expectativas da sociedade, se tornando em oportunidades sociais e materiais, levando em conta que todas as pessoas da sociedade se encaixam nesse padrão (PEDRA, 2018). E esses privilégios passam tão despercebidos que pessoas heteronormativas independente da sua orientação sexual gozam destes e não conhecem entender a segmentação social da hierarquização.

2.4. Preconceito Familiar e nas Relações Interpessoais

De acordo com Dias (2015) o processo acontece em duas etapas separadas no âmbito familiar, primeiramente acontecendo um processo conturbado diante das colocações dos indivíduos da sua orientação sexual e/ou expressão de gênero das pessoas trans, a partir disso pode ocorrer a aceitação, mesmo que por parte do grupo, mas isso não abona o acontecimento de situações em que a utilização do nome do registro e ou

referências de cunho ao sexo biológico sejam mencionados a esse indivíduo. De acordo com pesquisas realizadas por Dias (2015) com pessoas trans, quando elas vivenciam a dificuldade em serem aceitas por familiares, preferem sair de seus lares para evitar conflitos, e evitar até mesmo agressões físicas no âmbito familiar.

Dias (2015) ainda relata que com o passar do tempo os familiares iniciam o processo de aceitação da transexualidade e entendendo todo o processo, mas fazendo necessário um processo de desconstrução de paradigmas e um luto pelo filho/a de acordo com as expectativas de seu corpo sexuado, sendo esse processo bastante lento, sempre vindo de um familiar para depois abranger os outros, os irmãos tendem a ser os primeiros a aceitarem.

Como foi explanado por Dias (2015) a aceitação familiar é vista de suma importância para os indivíduos trans que enquanto seres sociais estão pertencentes a um núcleo familiar que as aceite e as reconheça. Tendo essa naturalização sobre o entendimento sobre a nova identidade dessa pessoa imposta pelo próprio indivíduo, os familiares logo passam a ver e tratar essa pessoa nos termos, nome social correto, e até mesmo defendendo as de demais preconceitos acerca pessoas que não conseguem respeitar a sua condição, nesses casos a autoaceitação é feita da forma mais rápida.

É importante ressaltar que nem todos os familiares conseguem lidar e aceitar a pessoa transexual no seu âmbito, fazendo com que em muitos momentos essas situações se tornem extremamente difíceis de lidar, e consequentemente com que elas saiam de casa, ocorrendo também o rompimento de contatos entre os familiares, e que essa reaproximação acontece não por aceitação, mas por laços afetivos permitindo que algumas agressões simbólicas ainda aconteçam (DIAS, 2015).

Ainda seguindo a ideia do autor, o âmbito social e/ou as relações interpessoais são importantes na vida de todo ser humano, e na vida de pessoas transexuais, é distinto do que na vida de outros indivíduos, pois essas relações mostram a categorização da aceitação dessa pessoa acerca da transexualidade, em relação a separação do sexo biológico e do gênero colocado, mostrando a não adequação com a interação com o social. Em suas pesquisas, demonstra o isolamento social dessas pessoas por se sentirem fora do padrão social regente, esse isolamento acontece principalmente na adolescência, no período de mudanças biológicas que estão indo ao contrário da vontade do indivíduo, além da transformação do papel social exigido para aquela pessoa (DIAS, 2015).

De acordo com Dias (2015) essas relações acontecem quando a pessoa tem uma facilidade em entender a experiência dessas pessoas, sendo na maioria das vezes algumas

amizades de longa data que experienciaram o processo de transição com essa pessoa e deram suporte nesse momento, indo em divergência com a questão de que são pessoas com poucas amizades, pois nem todos compreendem a situação.

Consoante à Dias (2015) no âmbito público essas relações também tendem a ter uma preocupação em se colocar de acordo com o gênero que essa pessoa se denomina, mesmo em lugares em que esses direitos já tenham sido conquistados no que se diz respeito a pronomes de tratamento e uso do nome social.

2.4.2 Preconceito no Âmbito Organizacional.

Para as travestis, a procura de um trabalho formal é bem mais dificultosa pelo fato de serem consideradas meros objetos, as tornando mais passíveis de violências e preconceitos, de acordo com os dados colhidos nesse estudo, podemos perceber a discriminação no momento em que elas vão entregar seus currículos demonstrando a discriminação muito antes da capacitação dessa pessoa (CARRIERI, SOUZA, AGUIAR; 2013).

Os autores ainda citam que nessa procura de trabalho a desistência por ela é bastante evidenciada em relação da violência interpessoal que sofrem pelo fato de não serem colocadas enquanto seres humanos perante os outros, sendo vistas como seres até mesmo incapazes de serem mão de obra, podendo até mesmo sofrerem grandes violências físicas no trabalho na rua, pelo fato de serem alvo de objetificação. Por estarem expostas em grandes situações de violências elas passam a internalizar isso, reproduzindo esse comportamento com as pessoas ao seu redor, simplesmente pelo fato de estarem expostas a esse nicho de realidade isso acontece até mesmo entre elas (CARRIERI, SOUZA, AGUIAR; 2013).

Carrieri, Souza e Aguiar (2013) relatam que para os transexuais a oportunidade de emprego não se limita apenas a prostituição, pela questão de terem aquedado o seu biológico aos padrões binários da sociedade, elas podem possuir algumas chances, desde que os mesmos não falem sobre sua questão individual de ser e existir para que não sofram preconceitos e dificuldades.

Conforme Carrieri, Souza e Aguiar (2013), desde que elas não se posicionem enquanto transexuais elas estão revestidas por um manto de invisibilidade que de certa forma os protegem do mundo, quando suas documentações estão de acordo com o seu corpo isso pode facilitar o processo, mas se não estão essa invisibilidade pode ser retirada, demonstrando a parte do preconceito e exclusão que esses seres sofrem. Se tornando

alvos de piadas principalmente em setores privados, é debatido também de acordo com os estudos analisados a maior facilidade de elas encontrarem empregos em setores públicos, pois em concursos você é apenas um número, mas isso não ausenta os preconceitos e invisibilidades por elas encontrados nesse meio também (CARRIERI, SOUZA, AGUIAR; 2013).

3. METODOLOGIA

Diante da necessidade e da importância do tema exposto, propõe-se a realização de uma pesquisa qualitativa, que busca ressaltar as vivências trans e travestis, com foco no preconceito. De acordo com Zanella (2013) A pesquisa qualitativa possui um caráter epistemológico, envolvendo a compreensão qualitativa e do subjetivo principalmente na psicologia, tanto para o pesquisador do assunto quanto o objeto de pesquisa a ser pesquisado, não limitando o caráter ativo do pesquisador e nem do objeto a ser pesquisado, e que esse processo está muito além da consciência.

Dessa maneira, no que se relaciona à metodologia usada na construção desse trabalho foi utilizada uma pesquisa exploratória. De acordo com Gil (2007) nessa categoria de pesquisa se tem como foco viabilizar um maior contato com o problema apresentado com intuito de transpor o assunto de forma mais explícita, ajudando até mesmo na formação de hipóteses que abrangem uma construção, com levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que vivenciam o problema e/ou estudos de caso, demonstração de exemplos que ajudem no entendimento.

Dessa forma, foram empregues as seguintes plataformas de pesquisa de artigos científicos: Google Acadêmico, Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e livros de orientação, livretos oferecidos pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFE). Para a seleção de material foram usadas as palavras-chaves como critério para pesquisa de material: Invisibilidade, Trans e Travesti, Preconceitos, e Identidade de Gênero, utilizadas em todas as plataformas apresentadas.

Considerando que o assunto discorrido, é um assunto que entrou recentemente em discussão, e também estando entrelaçada a discussões psicanalíticas da desconstrução da homoafetividade como doença no DSM - 2, reforçamos a importância desse artigo no favorecimento e desestruturação do mesmo paradigma relacionado a questões de gênero e lutas que ainda acontecem.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir de pesquisas realizadas sobre as questões de gênero e identidade de gênero, também sobre as relações de invisibilidade e transfobia/travestifobia foram identificados 22 documentos (30) entre eles artigos, livros e dossiês. Após pesquisar de forma detalhada, utilizando o critério de inclusão, foram excluídos oito desses (8).

Depois da exclusão destes artigos que não atenderam a proposta desta revisão, houve a utilização de dois (2) artigos e (1) livro, sendo assim foram avaliados e considerando seus resultados. Depois de realizarmos a leitura de um artigo e um livro foi possível distinguir em duas categorias. Essas categorias foram em: a) a relação e diversidades entre gênero x identidade de gênero [SALIH (2002), ALMEIDA (2016), JESUS (2012)] b) a invisibilidade e transfobia e travestifobia relacionada a violência [BENEVIDES (2019); NOGUEIRA (2019), SILVA (2008), PEDRA (2018)].

A seguir, serão apresentados os resultados apontados nas pesquisas localizadas, bem como serão realizadas as discussões.

4.1 A desconstrução do gênero e (re)construção da identidade de gênero.

Buttler em suas pesquisas acerca da teoria queer junta com correntes do feminismo, psicanálise e foucaultianismo, Hegel, entre outros demonstram que Buttler quando decidiu discutir a questão relacionada ao “sexo” estar relacionado ao biológico, trazendo questões como a genealogia que o indivíduo está além da sua essência individualista, e que ele é construído pelo meio por meio de instituições, discursos e práticas sociais tempo demonstrando que o gênero é um efeito e não a causa de relações sociais e relações de discursos. (SALIH, 2002)

Desmontando que essa relação de efeito e sujeito que o sujeito é instituído, tendo contextos e momento específicos que não se limitam a estruturas de poder existentes tendo a ideia de que as identidades “genéricas” e a sexualidade são algo performativo, tendo também a influência do pensamento da fenomenologia, em que esse indivíduo passa por momentos de experiências, que permite a construções e reconstrução do nosso consciente pelos erros autoconhecimento e análise que o permitem conhecer a verdade absoluta sobre si mesmo e não projetando no meio em que vive. (SALIH, 2002)

Mesmo que se faz necessário o outro para se possa se entender enquanto indivíduos, faz necessário a quebra de paradigmas entre EU e o OUTRO para que possa ser alcançado a autoconsciência, e para que possamos quebrar nossos próprios

paradigmas relacionados aos demais e a nós mesmos para que possamos nos criar enquanto seres individuais (SALIH, 2002).

Esse pensamento se complementa apresentado por Almeida (2016) dessa quebra que possuímos do fator biológico, ao fator construído socialmente e trazendo o reforço de sua crítica que muitas vezes esquecemos o valor social e cultural quando estamos abordando um determinado assunto, o que muitas vezes faz com que se esqueça todo um valor de pensamentos e significados que possam ficar para trás.

Constatando Jesus (2012) que reflete sobre a identidade de gênero além sobre o que foi discutido acima, percorrendo das questões dos papéis sociais de determinado gênero, estando essa relação em se tornar e ser em desempenhar seguindo o raciocínio de Butler sobre a frase de Beauvoir, e que as relações entre homem x mulher podem ser modificadas de acordo com a cultura que estamos analisando e que esses padrões de comportamos sofrem alterações que são históricas no desenvolver do tempo.

4.2 A invisibilidade relacionada a transfobia e travestifobia e suas violências.

Para Silva (2008) em suas pesquisas a invisibilidade proporciona com que os não heteronormativos estejam em uma situação de literalmente de invisibilidade de direitos assegurados até mesmo em políticas públicas, pois não são consideradas pessoas legítimas pelo governo, e que essa invisibilidade se torna real quando pessoas LGBT não possuem o mesmo direito que pessoas heterossexuais. De acordo com Pedra (2018) entrando em concordância com o que está sendo dito ele cita que essa categorização faz com que exista uma rachadura em assegurar direitos que seriam fundamentais aos seres humanos, tendo um grupo que é dominante que estaria detendo todo esses direitos e assegurando a opressão das minorias, gerando violências simbólicas, físicas e emocionais nesses indivíduos.

Para Silva (2008) a visibilidade tanto individual e coletiva LGBT proporciona a discussão de formas variadas de se expressar o seu eu e experimentar o mundo, acreditando que os direitos humanos fazem parte de uma construção histórica do homem, e que a efetivação dessa visibilidade seria a forma mais pura de expressão de liberdade, tendo parte desse processo na elaboração da constituição de 1998, que foi um ponto marcante na luta por direitos de uma forma geral a todos os cidadãos. Pedro (2018) discute uma correlação do assunto trazendo no sentido que existem certos limites colocados pela moralidade que refletem até mesmo em alegação de direitos, que isso aconteceu por fato de uma omissão histórica em assegurar a expressão sexual e identidade

como um dos fundamentos básicos da sociedade e que essa aversão social é a grande causadora desse problema, até mesmo em se discutir o assunto.

Como citado acima por Pedra (2018) tudo isso reforça a inferiorização desse grupo em assegurar seus direitos, e possibilitando o preconceito e violência que será discutido agora, foi feita uma desmontagem de alguns tipos de preconceito e violência no artigo pelos seguintes temas Preconceito Familiar e Interpessoal (DIAS, 2015), Organizacional (CARRIERE, SOUZA, AGUIAR, 2013).

De acordo Benevides e Nogueira (2019) em um dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais feito pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil), traz vários apontamentos que reforçam o preconceito e violência acometida e essas pessoas em território brasileiro. É trazido o termo transfemícido/travesticídio que é colocada como a visão mais expressiva de violência que existe de uma violência estruturalizada que está relacionado a questões culturais, socioeconômicas, sendo excludente por uma visão de gênero binário (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2019). Na pesquisa realizada por Benevides e Nogueira (2019) eles descrevem que 99% pessoas LGBT não se sentem seguras no país, que em 2019 o aumento de violência a pessoas trans no dia a dia foi de 800%, chegando ao número de 11 pessoas agredidas diariamente no ano. Temos Goiás em oitavo lugar em assassinatos de ranking interno por estados brasileiros em 2019, estando em decimo lugar em comparativo feito a 10 anos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de todo o desenvolvimento do trabalho de uma forma geral, demonstrando a questão da invisibilidade em divulgação de conhecimento e indo até mesmo em negação de direitos, a discussão de gênero e identidade de gênero, podemos perceber a emancipação do biológico e a influência do social, tendo também a noção dessa invisibilidade geradora e reforçadora do preconceitos e violência, e foi demonstrado vários tipos de preconceito e dados de violência que abre um leque de que é importante poder falar sobre o assunto e que deve-se ter noção que algumas pessoas possuem mais privilégios que outras, mas que independente disso a divulgação desses dados é importante para a quebra dessa invisibilidade, preconceito e violência.

Encontra-se na própria dificuldade de encontrar matérias que abrangessem o tema de uma forma geral e demonstração de vivências de forma mais amplas como uma forma

de invisibilidade presente até na própria construção do trabalho, sendo também um tema que demonstra fragilidade e marginalização para essa construção de conhecimento se faz necessário o link com áreas das ciências sociais e do direito com diálogo com a psicologia. Manifestando ser um assunto multifacetado e pode perceber de acordo com o que foi escrito ao decorrer do artigo a verificação dessas marginalizações que acarretam grandes problemas a quem vivência a vida enquanto travesti ou trans.

Dentro dessa dificuldade acometida pela marginalização do preconceito e também tendo a noção que é um assunto que está sendo discussão de forma recente sendo ainda analisado pelos estudos científicos, de acordo que suas adaptações acontecem pela complexidade de ser e existir de um ser humano em suas pequenas individualidades perante os demais ao seu redor, e dessa forma colocando em evidência a magnitude da importância que foi executar esse trabalho.

Com esse trabalho podemos entender que é uma luta contínua não apenas de seres individuais, mas de todo um grupo, e que o preconceito acomete de forma diferente cada um dos segmentos pelas diferentes formas de vivenciar o mundo como foi analisado nesse artigo, e que levando o raciocínio de um padrão de ações e papéis sociais de acordo com a heteronormatividades podemos encontrar o preconceito até mesmo inserido na própria comunidade LGBT.

Perante tudo que realmente é desviante, ainda mais com a questão excludente do acesso à informação que facilitaria o entendimento da sociedade e de si próprio perante o mundo e sua inserção na sociedade também, não esquecendo de citar que é um ferimento a própria constituição democrática de 1988 e trazendo para finalizar as considerações finais de que isso é reforçado por várias situações que trazem essa invisibilidade, principalmente por uma elite que quer ter o controle de uma forma padronizada de se portar, o próprio capitalismo com o idealismo de patriarcado vindo em discussões recentes no próprio curso de psicologia e às várias formas de se constituir uma família e a falta de acesso à informação interferem.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Violência: Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020. Disponível em <<https://antrabrasil.org/category/violencia/>>. (Acesso em 08/12/2020)

ALMEIDA, Guilherme, série assistente social combate ao preconceito, transfobia. Brasília. CFESS, 2016. [1949] 1980, p.9.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1949.

BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expresso Popular, ANTRA, IBTE. 2019.

CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M.; AGUIAR, A. R. C. Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. Revista de Administração Contemporânea, v. 18, n. 1, p. 78-95, 2013.

CHAGAS, Emmily; NASCIMENTO, Thayana. (IN)VISIBILIDADE TRANS: uma breve discussão acerca da transfobia na vida de travestis e transexuais. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, VIII. Maranhão, UFMA, 2017. s/p - s/p.e “Sex and Gender”, cuja primeira edição é de 1968).

DIAS, Robson Batista. Identidade de Gênero Trans e Contemporaneidade: Representações sociais nos processos de formação e educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS. Campo Grande – MS. 2015.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GROSSI, Miran Pillar. IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE. UFSC, s/d, SP.

HÉRITIER, Françoise. Masculin/Féminin: la pensée de la différence. Paris: Ed. Odile Jacob, 1996.

JESUS, Jaqueline. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos, Brasília - DF. Publicação: online, 2012.

KANT, Immanuel. “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MEZAN, R. Tempo de muda: ensaios de psicanálise. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MICHAELIS, UOL, Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/preconceito/>>. (Acesso em: 08/12/2020).

MOREIRA, Adilson José. O que é discriminação?. Belo Horizonte (MG): Letramento: Casa do Direito: Justificando, 2017. Pg. 137

O'DWYER, Brena, TRANSEXUALIDADE E JUVENTUDE: Uma análise do processo de feminilização e de experiências juvenis de mulheres Trans Jovens. In: Mundo De Mulheres E (Aquele Sinal) Fazendo Gênero 11, XIII. Florianópolis, 2017. 1 - 9

PEDRA, Caio. DIREITOS LGBT: A LGBTfobia estrutural na arena jurídica. Belo Horizonte. 2018.

ROSE, Arnold M. A origem dos Preconceitos. In: Raça e Ciência II (1960). Coleção Debates. São Paulo:Perspectiva, 1972.

SALIH, Sara. Judith Butler e a Teoria Queer. Rio de Janeiro (RJ): Autêntica, 2002.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SCOTT, Joan. La Citoyenne Paradoxale: les féministes françaises et les droits del’homme. Paris: Ed Albin Michel, 1998.

SILVA, Joseli Maria. A CIDADE DOS CORPOS TRANSGRESSORES DA NORMALIDADE. GEO UERJ,UERJ, V.1, N. 18, P. 1 - 17. 2008.

SPIZZIRRI, Giancarlo. Disforia de gênero em indivíduos transexuais adultos: aspectos clínicos e epidemiológicos. Diagn Tratamento. São Paulo, V: 22(1), N:8, P: 45-8.

STOLLER, Robert. Recherches sur l’Identité Sexuelle. Paris: Gallimard, 1978 (tradução)

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de pesquisa. 2ª ed. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. 2013